

TRIP... 40

MENTAÇÃO, E... CA

CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS

N.º de Ordem... 110

Quem recebeu: ...

Data: 30 / 06 / 2022 Hora: 12:31



## REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

### TRIBUNAL SUPREMO

Processo n.º 96/2018

Autos de Recurso Penal

Recorrente: Fernando Custódio Nhanala

Recorrido: TSR Maputo, 4.ª Secção

Relator: Mondlane, L. A.

### SUMÁRIO

I – A imputação a alguém da prática de crime de homicídio voluntário simples, ou mesmo de qualquer crime, requer que se faça a prova de que o mesmo é autor do crime.

II – O arguido em processo penal goza de direitos e garantias fundamentais tais como a presunção de inocência até decisão judicial definitiva, o direito à defesa que se quer ampla que vai desde o direito ao silêncio, a não responder a perguntas ou a dizer inverdades, o direito a não autoincriminar-se; ou seja, a não comprometer a sua defesa.

Cabe a quem acusa, no caso, o Ministério Público coligir e apresentar provas conducentes a construir a convicção do tribunal de que o arguido é o autor do crime dos autos. Não é, pois, permitida a inversão do ónus da prova no sentido de se impor que o arguido prove, antes, que não é culpado.

III – A circunstância de arguido e vítima, marido e mulher, encontrarem-se a dormir no mesmo quarto na noite em que se deu a morte desta não prova, só por si, que o arguido é o autor do crime de homicídio voluntário de que versam os autos. A comprovação através de exames competentes de que a vítima encontrou a morte por asfixia resultante de constrição mecânica do pescoço não prova que o arguido é o autor do crime. Prova, sim, que o evento letal deriva de ilícito criminal e não quem é o seu autor. Para tanto, impõe-se ao acusador que apresente prova, para além da dúvida razoável de que tal facto foi praticado pelo arguido.

IV - A fundamentação das decisões judiciais constitui um princípio basilar inerente aos princípios da justiça, da legalidade, da independência do juiz e do tribunal. É de tal sorte estruturante da decisão judicial que a sua inobservância acarreta a nulidade absoluta, nos termos determinados pelo artigo 668º, nº 1, alínea b) do C. P. Civil. Visa permitir o controlo da legalidade do acto e serve para convencer os interessados e os cidadãos em geral acerca da sua correcção e justiça. Constitui ainda um meio importante para obrigar a autoridade decidente a ponderar os motivos de facto e de direito da sua decisão, actuando, dessa forma como meio de autocontrolo.

## ACÓRDÃO

Acórdão, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo:

### I - RELATÓRIO

1. A 10ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, submeteu a julgamento **FERNANDO CUSTÓDIO NHANALA**, aqui ora requerente, tendo-o condenado na pena de 17 (dezassete) anos de prisão maior, entre outras medidas. O tribunal assim determinou por havê-lo considerado autor do crime de homicídio voluntário simples p. e p. pelo artigo 349º do código Penal, então vigente, de que foi vítima Márcia Hilário Comé, na circunstância, mulher do arguido.

O tribunal considerou prova que cerca de 2 (duas) horas da manhã, encontrando-se ambos, arguido e vítima a dormir, aquele apertou o pescoço da última causando-lhe a morte por asfixia mecânica e constrição activa do pescoço.

Indaga-se no acórdão recorrido o seguinte: *"se não foi o réu quem esganou, até a morte a vítima, quem o teria feito? uma criança de 9 meses? E esta o faria por que razão? No caso do réu, razões para matar a esposa, sempre se podem descortinar pois a vida ensina que a distância entre o amor e ódio é curta. Não temos dúvidas de que o autor do crime que vitimou a Sra. Márcia Hilário Comé, uma jovem de apenas 22 anos de idade, é o réu destes autos, o Sr. Fernando Custódio Nhanala".*

2. Inconformado, impugnou junto do Tribunal Superior de Recurso de Maputo que, por acórdão datado de 6 de Março de 2018 (fls. 167 e seguinte) dos autos, negou provimento ao recurso e manteve, a decisão posta em crise.

De relevo refere a aludida decisão o seguinte:

*"Na verdade, embora o réu negue ter praticado o acto que lhe é imputado, (...) não conseguiu apresentar factos e circunstâncias que levassem à convicção de que, a não ser ele quem é que, naquela hora, duas horas da madrugada, do dia 14 de Julho de 2014, sem se aperceber, mas estando a dormir na mesma cama, sua esposa, teria apertado o pescoço desta até que, por asfixia mecânica morresse, conforme o exame tanatológico de fls.15 a 19". E continua:*

*"É que, mesmo que quisesse dizer que foi a vítima que tirou a sua própria vida naquela forma, nesse caso não teria recorrido às suas próprias mãos, a outros meios para o efeito, como na prática se faz nos casos de suicídio. E mesmo assim, a única que naquela noite estava a dormir com a vítima, recaí sobre o réu o ónus de apresentar factos de que assim teria sido".*

3. Mais uma vez, inconformado com a decisão imposta, recorreu, desta feita, para o Tribunal Supremo, tendo oferecido as alegações constantes a fls. 175 e seguintes dos autos. Não formulou conclusões, como se lhe impunha, ao abrigo do disposto no artigo 690º, nº 1 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente, conforme determina o § único do artigo 1º do Código de Processo Penal. Tendo, porém, por base, os princípios e valores fundamentais que regem o processo penal, de entre os quais se destacam a celeridade e a economia processual, é de se considerar sanada a apontada irregularidade, conhecendo-se de seguida o objecto do recurso.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Resumem-se no seguinte, as questões colocadas à consideração deste Tribunal:

- a) Insuficiência do corpo de delito;
- b) Inversão do ónus de provar as imputações atribuídas ao arguido;
- c) Falta de fundamentação do acórdão recorrido, donde a sua nulidade.



## 1. Insuficiência do corpo de delito

Invoca o recorrente que se verifica a insuficiência de corpo de delito o que integra a nulidade prevista no nº 1 do artigo 98º do C. P. Penal. Mais aduz que o ónus da prova impende sobre quem alega um determinado facto, nos termos do nº 1 do artigo 342º do Código Civil.

Importa referir, desde já, que esta instância conhece apenas da matéria de direito no caso vertente. O facto não significa, porém, que o tribunal não deve ter em linha de conta a forma como tal matéria foi tratada pelas instâncias uma vez que constitui a charneira para aplicação do direito ao caso concreto.

Com efeito, num crime de homicídio não basta que se tenha presente o corpo da vítima, se determine a causa da morte através de exames competentes. É necessário que se determine sem lugar à dúvida razoável de que o arguido é o autor do evento letal. Na ausência de prova directa deverão concorrer provas indirectas que consideradas no seu conjunto constituam a base da convicção do tribunal de que o arguido é o autor do aludido crime. Não se pode presumir que, pelo facto de arguido e vítima se encontrarem a dormir na mesma cama e esta tenha encontrado a morte nas circunstâncias descritas, aquele é o autor do crime dos autos. A conclusão que se impõe é a insuficiência do corpo de delito e da consequente nulidade.

## 2. Inversão do ónus da prova

Dispõe o artigo 12º do Decreto-Lei nº 35007, de 13 de Outubro de 1945 que: *"A instrução preparatória abrange todo o conjunto de provas que formam o corpo de delito e tem por fim reunir os elementos de indiciação necessários para fundamentar a acusação. § 1º na instrução preparatória deve efectuar-se não só as diligências conducentes a provar a culpabilidade dos arguidos, mas também aquelas que possam concorrer para demonstrar a sua inocência e irresponsabilidade"*.

De acrescentar que quem alega um facto deve apresentar a respectiva prova e nada autoriza a inversão do ónus da prova de tal sorte que se imponha ao acusado provar a sua inocência. Tal assereção não só tem respaldo legal como se posiciona nos antípodas de princípios e valores fundamentais que regem o processo penal. O arguido Goza de direitos de dignidade

constitucional de que se destaca a presunção de inocência até a decisão judicial definitiva (artigo 59º, nº 2 da constituição). Não há, pois, presunção de culpa mas, pelo contrário, de inocência. Para além disso, o arguido goza do direito ao silêncio e o de dizer inverdades; numa palavra, não é obrigado a responder por forma a comprometer a sua defesa ou, mais concretamente, a não autoincriminar-se. Vários dispositivos legais são unânimes em impor a fundamentação das decisões como uma das garantias fundamentais de justiça. Desde logo, ergue-se o artigo 450º do C. P. Penal que impõe, entre outros elementos, a indicação precisa dos factos imputados ao arguido, os factos julgados provados, distinguindo-se os que constituem infracção dos que são circunstâncias agravantes ou atenuantes, para além de outros requisitos da sentença.<sup>1</sup>

### 3. A fundamentação da decisão

Já se deu devida conta que o acórdão recorrido estriba a sua posição com base em meras suposições sem qualquer suporte probatório. Não discute os factos, não escarpeliza os argumentos apresentados pelo recorrente, limita-se a confirmar a decisão recorrida sem qualquer suporte factual e jurídica. Não se mostra, pois, a decisão assim tirada devidamente fundamentada, tudo isto ao arrepio de regras de Direito.

A fundamentação das decisões judiciais constitui um princípio basilar inerente aos princípios da justiça, da legalidade e da independência do Juiz do tribunal. É de tal sorte estruturante da decisão judicial que a sua falta acarreta a nulidade absoluta, nos termos determinados pelo artigo 668º nº 1 alínea b) do C. P. Civil, aplicável subsidiariamente<sup>2</sup> A fundamentação dos actos decisórios tem, entre outras finalidades, permitir o controle da legalidade do acto e serve para convencer os interessados e os cidadãos em geral acerca da sua correcção e justiça. Constitui ainda um meio importante para obrigar a autoridade

<sup>1</sup> Do mesmo modo se alinha o artigo 659º do C. P. Civil, "O Juiz toma em consideração os factos admitidos... e os que o tribunal deu por provados; faz o exam e critico das provas de que lhe compete conhecer e estabelece os factos que considera provados; depois interpreta e aplica a lei aos factos, concluindo-se pela decisão final".

<sup>2</sup> A propósito, Gomes Canotilho, na sua obra *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª Edição (5ª Reimpressão), Almedina, 2003:667, refere aludindo ao princípio da fundamentação das decisões que: "A exigência de fundamentação das decisões ou de motivação das sentenças radica em três razões fundamentais: 1) controle da administração da justiça; 2) exclusão do carácter voluntarístico e subjectivo do exercício da actividade jurisdicional e abertura do conhecimento da racionalidade e coerência argumentativa dos juizes; 3) melhor estruturação dos eventuais recursos, permitindo às partes em juízo um recorte mais preciso e rigoroso dos vícios das decisões judiciais recorridas (cfr., Ac TC 283/99)".

decid ente a ponderar os motivos de facto e de direito da sua decisão, actuando, dessa forma como meio de autocontrolo.<sup>3</sup>

### III - DISPOSITIVO

Nestes termos e, pelo exposto, os Juízes deste Tribunal dão provimento ao recurso e, em consequência, determinam o seguinte:

- a) Revogam o acórdão recorrido e, por inerência, o ditado pela primeira instância (fls. 105 e 167);
- b) Declaram nulo todo o processado a partir do despacho de pronúncia, inclusive, (fls. 67), devendo repetir-se o julgamento em primeira instância depois da obtenção de prova suficiente de quem seja o autor do crime dos autos;
- c) A imediata restituição à liberdade do arguido **FERNANDO CUSTÓDIO NHANALA**, já identificado nos autos, mediante Termo de Identidade e Residência, devendo aguardar, nessa situação os ulteriores termos processuais.

Sem imposto por não ser devido.

Maputo, 28 de junho de 2019

---

<sup>3</sup> Germano Marques da Silva; Curso de Processo Penal II; Editorial Verbo, 4ª Edição (Revista e actualizada); 2008:20